

# O médio prazo, o milagre e a oportunidade no Brasil

por Maria Christina Carvalho  
de São Paulo

O economista Antonio Kandir tem se declarado mais otimista do que nunca com as perspectivas do País a médio prazo. "Estamos perto de um milagre e não podemos perder a oportunidade. A crise política pôs em xeque os financiamentos das campanhas políticas. A discussão vai abrir espaço para a reforma do sistema político, que é a origem de vários erros da economia." Mas alerta que é preciso cuidar das questões de curto prazo, como a inflação, para evitar que a crise econômica agrave a crise política, desviando o País da reforma política.

Para o ex-secretário de Política Econômica da ministra Zélia, o sistema político brasileiro padece de vários problemas que precisam ser resolvidos para que as reformas estruturais sejam aprovadas. A política é desenvolvida por pessoas e não partidos, "porque as forças econômicas têm maior influência sobre pessoas e não sobre partidos, com programas, convenções e militâncias".

"Não há solidariedade entre o Executivo e o Legislativo. As reformas que estão sendo submetidas ao Congresso, como a fiscal (ver página 7) e a dos portos, são vistas como projetos do governo. Os parlamentares não são responsabilizados caso não discutam os projetos ou não contribuam para a solução das crises. Pelo contrário, no sistema atual, a ação não cooperativa pode até ser muito frutífera", disse.

Por isso, defende o parlamentarismo como sistema de governo, "com possibilidade de dissolução do Congresso junto com o gabinete".

É fundamental ampliar a co-responsabilidade do Legislativo para com as soluções dos problemas do País". Defende ainda a reforma partidária, eleitoral e de representação da sociedade no poder.

Com a reforma política, acredita Kandir, serão então aprovadas as "reformas estruturais adequadas". Entre elas relaciona a reforma fiscal, abertura comercial, sem mudanças de cronograma que prejudicam os investimentos, a desregulamentação, concessão de serviços públicos à iniciativa privada, capacitação tecnológica, modernização dos portos e propriedade industrial. Como reforma fiscal entende a reformulação do sistema tributário nacional associada à reestruturação do sistema de fiscalização e as medidas de ajuste estrutural do setor público.



Antônio Kandir

## POLÍTICA DE RENDAS

Após o cumprimento dessa agenda, haveria então a estabilização da economia. No curto prazo, Kandir não espera uma queda da inflação apenas com a política ortodoxa porque as taxas elevadas levam à indexação da economia. "A política fiscal e monetária reduz a demanda, aumenta a recessão, diminui a arrecadação, fragiliza o financiamento da dívida pública, pois exigem-se juros mais elevados, ampliando as dificuldades do governo."

Mas a inflação também não explode por causa da desconcentração da dívida pública. A estabilidade da inflação em nível elevado, teme, pode gerar tensões no futuro.

Para Kandir, a indexação somente acaba com uma política de renda voluntária que envolva salários e preços. Do lado dos salários, com a eliminação de qualquer discussão em relação a perdas passadas ou futuras e a fixação de uma trajetória compatível com o controle voluntário de preços. Do lado dos preços, com um sistema de incentivos fiscais e creditícios que induzam a controle voluntário.

Mas mesmo a política de rendas deve ser antecedida pelo ajuste fiscal, de modo a gerar um espaço para a concessão dos incentivos. "Não defendo choques", ressaltou, "mas alguma forma de política de rendas, negociada e voluntária."

Por isso mesmo descarta a eficiência de uma dolarização: "Aceleraria os preços e simultaneamente agravaria a situação do setor público", disse, explicando que, com a opção de aplicar em uma moeda forte, os investidores exigiriam juros cada vez mais elevados para os títulos em cruzeiros.

Para Kandir, com a economia estabilizada, o Brasil poderia aproveitar a "janela" de oportunidade aberta na disputa pelo capital internacional pela crise do Leste europeu.